

O que as vozes do livro *História das Favelas de Santo André* revelam sobre desigualdades, memória e políticas públicas

Silmara Conchão

Socióloga, Doutora em Ciências da Saúde. Pós-Doutoranda em Política, Gestão e Saúde pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Professora do Centro Universitário FMABC e presidenta do CESCO – Centro de Estudos de Saúde Coletiva.

Eduardo Magalhães

Sociólogo, Doutor em Planejamento Territorial (UFABC), Pós-Doutor em Economia Política (PUC/SP), Pós-Doutor em Saúde Pública (USP), Professor no Centro Universitário FMABC e pesquisador do CESCO (Centro de Estudos de Saúde Coletiva) - www.cesco.net.br

Durante décadas, a história oficial de Santo André (SP) foi narrada a partir dos ciclos industriais do Grande ABC, dos planos urbanísticos, da expansão econômica e das decisões políticas formais. Consolidou-se uma memória institucional centrada em indicadores de crescimento e trajetórias empresariais, enquanto experiências populares permaneceram à margem - especialmente as histórias das favelas, das mulheres trabalhadoras, dos migrantes e das formas comunitárias de organização.

Este livro propõe deslocar esse foco. Recupera uma história viva da cidade, construída com luta, diversidade cultural, materiais reaproveitados, mutirões, redes de solidariedade e coragem. Uma cidade erguida por quem raramente apareceu nas fotografias oficiais. É esse material que *História das Favelas de Santo André*, de Silmara Conchão e Eduardo Magalhães Rodrigues, traz ao centro do debate.

A trajetória da ocupação das favelas no município é reconstruída a partir das décadas de 1970 e 1980, com base em documentos e fotografias da extinta ONG GATS – Grupo Assistencial Toninho Souto. O livro parte também de um acervo singular: entrevistas semiestruturadas realizadas em 2001 com 42 lideranças e moradoras fundadoras de 12 favelas da cidade. São vozes que registraram, em primeira pessoa, a ocupação do território, a autoconstrução das casas e a luta por água, luz, escola, atenção básica de saúde, dignidade e reconhecimento. Trata-se de dados produzidos no interior das próprias comunidades - memória viva transformada em conhecimento.

A obra integra pesquisa financiada pelo CNPq, coordenada pela Faculdade de Saúde Pública da USP, pelo Centro Universitário FMABC e pelo CESCO – Centro de Estudos de Saúde Coletiva. O projeto investiga os impactos da pandemia e do período pós-pandemia da Covid-19 no cumprimento da Agenda 2030 em populações vulneráveis residentes em favelas. A reconstrução

histórica da ocupação em Santo André articula-se a essa investigação mais ampla, analisando documentos e imagens que evidenciam desigualdades sociais, territoriais e de saúde.

A historiografia também compõe o projeto nacional multicêntrico do CNPq “PÓS-COVID-19 e as favelas brasileiras: a abordagem multidimensional e interseccional dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) no enfrentamento deste epifenômeno e das crises contemporâneas”. Busca-se compreender, por meio da história local, oral e documental, a historicidade dos DSS e suas conexões com a complexidade dos territórios das favelas brasileiras.

Trata-se de ciência engajada: produção de conhecimento articulada à memória social e orientada à transformação das condições de vida. A pesquisa não apenas resgata histórias invisibilizadas, mas oferece base empírica e teórica para o redesenho de políticas públicas voltadas à equidade em saúde, à justiça social e à inclusão urbana.

O que as narrativas revelam

Os depoimentos demonstram que a consolidação das favelas não foi fruto de desordem, mas de necessidade e organização coletiva. A história desses territórios é também a história da autogestão comunitária e da resistência feminina.

Mulheres - muitas migrantes, trabalhadoras informais ou vinculadas ao setor industrial - aparecem como eixo central da sustentação material e política das comunidades. Lideraram mutirões, pressionaram o poder público, organizaram associações e redes de cuidado. A interseccionalidade de classe, gênero e raça não opera isoladamente: mulheres pobres, muitas vezes mulheres negras, estiveram na linha de frente da sobrevivência urbana.

A pesquisa dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1, 3, 5, 6, 8, 10, 11 e 16, evidenciando a distância entre compromissos institucionais formais e a realidade concreta das favelas. Ao mesmo tempo, aponta caminhos para que a Agenda 2030 deixe de ser retórica e se traduza em política pública efetiva.

Determinantes Sociais da Saúde e desigualdade estrutural

Entre os Determinantes Sociais da Saúde evidenciados ao longo da obra estão a desigualdade de renda, a inserção precária no trabalho industrial e informal, as hierarquias de raça e gênero e o modelo de urbanização excludente que marcou a expansão do município. Somam-se a essas dimensões as condições de moradia precária e autoconstrução, a ausência ou implantação tardia de saneamento, transporte e equipamentos públicos, o acesso desigual ao SUS e à assistência social, além da estigmatização territorial e da invisibilização institucional que atravessam a experiência desses territórios.

A saúde, nesses territórios, não se resume ao atendimento clínico. Depende do acesso efetivo a direitos humanos e sociais, da organização comunitária e do reconhecimento institucional.

Pobreza, moradia precária, trabalho informal, racismo estrutural e desigualdade de gênero atuam de forma combinada, produzindo vulnerabilidades que se perpetuam ao longo das gerações.

A pandemia como reveladora

Passados mais de vinte anos das entrevistas, a cidade passou por políticas de urbanização e ampliação de serviços. Ainda assim, as desigualdades persistentes não são acidentes recentes nem podem ser atribuídas exclusivamente à pandemia. Resultam de um padrão histórico de urbanização excludente.

A Covid-19 aprofundou e tornou mais visíveis essas fragilidades: desemprego, informalidade, insegurança alimentar, insuficiência de saneamento e dificuldades de acesso à saúde e à proteção social. A pandemia não criou a desigualdade urbana, mas a radicalizou.

Perguntas que permanecem

A desigualdade territorial foi superada ou apenas reorganizada?

A estigmatização das favelas diminuiu ou assumiu novas formas?

O trabalho de cuidado continua invisível e majoritariamente feminino?

O livro sugere que, embora avanços tenham ocorrido, as estruturas profundas permanecem. Muitas conquistas nasceram da pressão popular, não da iniciativa espontânea do Estado. Ao recuperar essas narrativas, a obra questiona o modelo de desenvolvimento urbano que privilegia interesses imobiliários e industriais em detrimento da justiça territorial.

As favelas não são “problemas urbanos”. São territórios produtores de saúde, cultura, economia e organização comunitária. Ao reconhecer seus moradores como sujeitos políticos e produtores de conhecimento, o livro propõe um deslocamento ético: enfrentar as desigualdades urbanas exige ouvir quem vive a cidade na pele.

Não há projeto de cidade justa sem enfrentar seus determinantes sociais e suas desigualdades estruturais. Sem políticas intersetoriais, orçamento, participação comunitária e compromisso real com justiça territorial, não haverá direito à saúde nem cidade sustentável.

As histórias reunidas mostram que as favelas de Santo André não surgiram por acaso. São resultado de escolhas políticas e de um modelo de urbanização que historicamente excluiu trabalhadores, migrantes e famílias negras do acesso pleno à cidade. Mas também são territórios de vida e luta.

Para compreender em profundidade essas trajetórias, os depoimentos históricos, as imagens do acervo e as experiências que sustentam essa construção coletiva, é necessário percorrer a obra em sua integralidade. O livro costura memórias, documentos e análises, revelando como a

desigualdade urbana se produz e se perpetua — e como pode ser enfrentada. É na leitura completa que se alcança a densidade dessas histórias e a dimensão crítica que elas convocam sobre cidade, direito à saúde e justiça social.